

nº. 8.208, do livro 2-AC, Registro Geral, em 30 de outubro de 2012 no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Miracema do Tocantins/TO.

Art. 2º A Doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção do Cartório Eleitoral da 5ª Zona Eleitoral em Miracema do Tocantins/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 5, DE 17 DE JUNHO DE 2013

A Superintendente do Patrimônio da União em Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998 alterada pela Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007, arts. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro e os elementos que entregam o processo nº. 05560.002237/2012-45, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o MUNICÍPIO DE AUGUSTINÓPOLIS/TO á União, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 524, de 13 de setembro de 2012 e pelo Decreto nº 074, de 20 de Setembro de 2012, Publicados no Placar daquela municipalidade, do imóvel situado na Rua Antônio de Sousa Gomes (Praça da Prefeitura), com área total de 664 m², no município de Augustinópolis/TO, com as características e confrontações constantes na Escritura publica lavrada e registrada sob Matrícula nº. 1.646, do Livro 2 - H, Registro Geral, em 20 setembro de 2012, no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Augustinópolis/TO.

Art. 2º A Doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção do Cartório Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral em Augustinópolis/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 45, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

A Superintendente do Patrimônio da União em Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro e os elementos que entregam o processo nº. 05560.001605/2010-76, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS DO TOCANTINS/TO á União, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 003/2009, Publicados no Placar daquela municipalidade, do imóvel situado na Avenida Wolney Filho - Quadra 69.A - Lote 01.A - Bairro Novo Horizonte - Dianópolis/Tocantins, com área total de 1.667,47m², no município de Dianópolis/TO, com as características e confrontações constantes na Escritura publica lavrada e registrada sob a Matrícula nº. 652, do livro 2-A/B, às folhas nº 13 - Averbção sob nº 42, Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato (1º) de Notas de Dianópolis/TO.

Art. 2º A Doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção do Tribunal Regional do Trabalho 10º Região em Dianópolis/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 46, DE 17 DE JUNHO DE 2013

A Superintendente do Patrimônio da União em Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998 alterada pela Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007, arts. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro e os elementos que entregam o processo nº. 05560.002073/2012-56, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS/TO á União, devidamente autorizada pelo decreto Municipal nº 015/2012 e pelo Decreto nº 204/2012, Publicados no Placar daquela municipalidade, do imóvel situado na Rua Doutor Albeny Ferraz Machado, Quadra 14, Setor Aeroporto, com área total de 1.000,00m², no município de Ponte Alta do Tocantins/TO, com as características e confrontações constantes na Escritura publica lavrada e registrada sob a Matrícula nº. 3.473, Registro Geral, no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Ponte Alta do Tocantins/TO.

Art. 2º A Doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção do Cartório Eleitoral da 26ª Zona Eleitoral em Ponte Alta do Tocantins/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 2, DE 11 DE MARÇO DE 2014

A Superintendente do Patrimônio da União em Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998 alterada pela Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007, arts. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro e os elementos que entregam o processo nº. 05560.001483/2013-61, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO á União, devidamente autorizadas pelo decreto Municipal nº 2803, de 14 de agosto de 2012, Publicada em Diário Oficial daquela municipalidade, do imóvel situado na Avenida Neief Murad, Lote nº 01- da Quadra nº 01, integrante do Desmembramento da "Chácara nº 47-A," com área total de 1.244,84m², no município de Araguaína/TO, com as características e confrontações constantes na Escritura publica lavrada e registrada sob o nº. 64.635, do Livro 2, Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Araguaína/TO.

Art. 2º A Doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção da sede da Procuradoria Regional do Trabalho-MPRT/TO em Araguaína/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2014

A Superintendente do Patrimônio da União no Estado em Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro e os elementos que entregam o processo nº 05560.001097/2013-79, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o ESTADO DO TOCANTINS á União, devidamente autorizadas pelo decreto Estadual nº 4.935, de 14 de novembro de 2013, Publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, na mesma data, do imóvel situado na Borda de Quadra, da Quadra ARNO 21, situado á Alameda 08, do Loteamento de Palmas, no município de Palmas, Estado do Tocantins, com as características e confrontações constantes na Escritura publica lavrada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Palmas/TO, sob a Matrícula nº 17.759, do livro 2, Registro geral, 18 de dezembro de 1991, do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas da Comarca de Palmas/TO.

Art. 2º A doação de que trata a presente Portaria tem como encargo a construção de um edifício para acomodação da guarda de urnas, almoxarifado unidades administrativas do TRE/TO 29º Região em Palmas/TO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 2 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO E O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.943, de 05 de março de 2013, resolvem:

Art. 1º Instituir o Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - PLANATRE, com a finalidade de implementar ações no âmbito da Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados - PNATRE, que contribuam com a implementação de programas e ações para fortalecer os direitos sociais e a proteção social dos Trabalhadores Rurais Empregados.

Art. 2º A consecução dos objetivos do PLANATRE dar-se-á por intermédio da execução das ações descritas no Anexo, de acordo com os seguintes eixos de atuação:

- I - Capacitação profissional e ampliação da escolarização;
- II - Universalização de direitos;
- III - Criação de oportunidades para geração de trabalho; e
- IV - Saúde, assistência social e segurança do trabalhador e trabalhadora.

Art. 3º São objetivos específicos do PLANATRE:

I - integrar e articular as políticas públicas direcionadas aos trabalhadores rurais empregados;

II - promover e ampliar a formalização nas relações de trabalho dos trabalhadores rurais empregados;

III - promover a reinserção produtiva dos trabalhadores rurais empregados que perderam seus postos de trabalho, gerando oportunidades de trabalho e renda;

IV - intensificar a fiscalização das relações de trabalho rural;

V - minimizar os efeitos do impacto das inovações tecnológicas na redução de postos de trabalho no meio rural;

VI - promover a alfabetização, a escolarização, a qualificação e a requalificação profissional aos trabalhadores rurais empregados;

VII - promover a saúde, a proteção social e a segurança dos trabalhadores rurais empregados;

VIII - promover estudos e pesquisas integrados e permanentes sobre os trabalhadores rurais empregados;

IX - ampliar as condições de trabalho decente para permanência de jovens no campo; e

X - combater práticas que caracterizem trabalho infantil.

Art. 4º São beneficiários do PLANATRE todos os trabalhadores rurais empregados, considerados como tais aqueles que são pessoas físicas prestadoras de serviços remunerados e de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste, contratada por prazo indeterminado, determinado e de curta duração.

Art. 5º O PLANATRE deverá ser revisado e atualizado por ocasião da elaboração do Plano Plurianual.

Art. 6º A Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - CNATRE é responsável pela articulação junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para implementação da PNA-TRE.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

Ministro de Estado do Trabalho Emprego

GILBERTO CARVALHO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

ANEXO

Plano Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Empregados - PLANATRE

Ações a serem implementadas nos anos de 2014 a 2016
Brasília (DF), 11.12.2013

Introdução

A atividade agrícola tem exercido papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os números do setor são estratosféricos. O que coloca o país em primeiro lugar em produção e exportação de várias mercadorias, como soja, frango, café e açúcar.

No entanto, o desenvolvimento rural do país - marcado pelo modelo agrícola empresarial assentado no uso intensivo de máquinas, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, irrigação e suplementos alimentares - tem se pautado moderadamente pela geração de emprego de qualidade, coberto pela seguridade e respeitando normas técnicas de segurança preservando a vida e a saúde do trabalhador, o que se traduz por condições de trabalho degradantes e constantes conflitos pela posse da terra.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2012), existem no Brasil 4,1 milhões de trabalhadores rurais empregados no Brasil. Estes trabalhadores são, em sua maioria, pretos ou pardos com 68,6% do total, os brancos representam 30,9% e os indígenas e amarelos 0,5%. Destes trabalhadores, 54,6% residem em área urbana ou semiurbana e entre os que trabalham na informalidade, 54,6% residem em áreas exclusivamente rurais. Os trabalhadores do sexo masculino representam 89,1% e do sexo feminino 10,9%.

Os trabalhadores rurais empregados do Brasil estão concentrados nas 5 maiores cadeias produtivas (54,6%) que são, respectivamente, a de criação de bovinos 21,9%, cultivo de cana-de-açúcar 11,2%, cultivo de milho 8,2%, atividade de serviços relacionados com a agricultura 7,1% e cultivo de café 6,2%. Os trabalhadores rurais empregados destas cadeias produtivas se concentram em mais da metade do seu total nas regiões nordeste e sudeste, com destaque para os estados da Bahia e Minas Gerais no cultivo de milho, na criação de bovinos e cultivo de café. São Paulo, Alagoas e Pernambuco com o cultivo de cana-de-açúcar e as atividades e serviços relacionados com a agricultura.

A informalidade é maior no meio rural do que no meio urbano. A taxa de informalidade no meio urbano é cerca de 28% e no rural de 60%. A região norte concentra o maior número de trabalhadores rurais empregados na informalidade, alcançando 78,9% do total destes trabalhadores na região. Os trabalhadores rurais empregados que estão na informalidade mostram-se mais suscetíveis ao trabalho em condições precárias e degradantes.

A informalidade é também um problema para a previdência. A média de trabalhadores rurais empregados que contribuem para a previdência é de apenas 42,9%, ou seja, a cada dez empregados, somente quatro contribuem. Entre os informais, somente 5,0% recolhem à previdência.

O trabalho de curta duração, ou temporário, no meio rural é característico do processo produtivo. Entretanto, o trabalho de curta duração se não fiscalizado e monitorado tende a ser foco de informalidade. Os trabalhadores rurais empregados informais que estão em situação de trabalhos ou vínculos temporários atingem 47,0% do total.

De acordo com a PNAD/2012, 41,1% dos trabalhadores rurais empregados não têm nenhum ou menos de três anos de estudo, o que resulta em 1,7 milhões de trabalhadores rurais empregados em situação de analfabetismo e/ou analfabetismo funcional. Entre os informais, o número de analfabetos e analfabetos funcionais sobe para 47,6%.

Infere-se que a baixa escolaridade e a informalidade acarretam, na maioria dos casos, baixa remuneração e, por conseguinte, pobreza. Entre os trabalhadores rurais empregados que estão na informalidade, 33,6% tem rendimento de zero a meio salário mínimo e 77,8% deles têm rendimento médio mensal de até um salário mínimo. Já 31% dos trabalhadores rurais empregados formais têm rendimento médio mensal de até um salário mínimo.

A maioria dos trabalhadores tem até 35 anos de idade, 49,0% dos informais e 47,9% dos formais. Essa concentração significa que os postos de trabalho rurais têm sido ocupados cada vez mais por trabalhadores mais jovens devido ao grande nível de exigência de rendimento no campo (trabalho por produção).